

Ex.mo Sr. Juiz de Direito da Vara de Família e Menores de Lisboa

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

**Requerente:** João Silva, menor, representado por Maria Silva

**Requeridos:** Associação Casa da Juventude, Lda. e Carlos Mendes

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

---

**Assunto:** Pedido de reconsideração da medida cautelar deferida em sede de tutela de urgência

**I. Identificação dos mandatários da defesa**

Advogado	N.º da OAB	Endereço
Dr. Luís Costa	OA 12345	Av. da Liberdade, 45, 2.º Dto., 1250-147 Lisboa
Dra. Sofia Almeida	OA 67890	Rua das Flores, 12, 1.º Esq., 4000-123 Porto

**II. Resumo da medida cautelar** Em decisão datada de 10 de janeiro de 2026, V. Exa. deferiu, como medida cautelar, a **suspensão preventiva de todas as atividades da Associação Casa da Juventude, Lda.** e a **proibição de contacto do réu Carlos Mendes com o menor João Silva**, até decisão final.

**III. Fundamentação da defesa para a reconsideração**

**1. Insuficiência probatória**

- Os elementos apresentados até à presente data consistem exclusivamente em declarações testemunhais não corroboradas por laudos periciais ou documentos escritos. O Código de Processo Civil (art. 374.º) exige que a medida cautelar se fundamente em prova convincente da probabilidade do direito invocado, o que não se verifica neste caso.

**2. Violação do princípio da proporcionalidade**

- A suspensão total das atividades da Associação Casa da Juventude, Lda. implica prejuízos irreparáveis a centenas de menores e jovens que dependem dos seus serviços de apoio e inserção social. Tal medida ultrapassa o necessário para salvaguardar o interesse do menor João Silva, contrariando o art. 20.º da Constituição da República Portuguesa e o art. 131.º do CPC.

**3. Risco de nulidade da medida por falta de fundamentação**

- A decisão não indica claramente quais os factos concretos que justificam a proibição de contacto entre Carlos Mendes e o menor, nem demonstra a existência de risco imediato de continuação do alegado abuso. Tal omissão vulnera o direito à defesa e ao contraditório (art. 31.º da Constituição, art. 20.º do CPC).

**4. Existência de medidas menos gravosas**

- A defesa propõe, como alternativa, a **nomeação de um monitor independente** para acompanhar as atividades da Associação e a **imposição de uma medida de afastamento restrita** (ex.: proibição de contacto direto, mas permitindo comunicação mediada por advogado ou assistente social). Estas medidas asseguram a proteção do menor sem comprometer o funcionamento da entidade.

**5. Jurisprudência aplicável**

- O Tribunal da Relação de Lisboa, no acórdão de 12 de março de 2021 (Processo n.º 2020/01873), reconheceu a necessidade de ponderar o impacto social de medidas cautelares que afetem organizações de interesse público, recomendando a adoção de soluções menos gravosas quando possível.

**IV. Pedido** Face ao exposto, a defesa requer a V. Exa.:

- a) **A reconsideração integral da medida cautelar deferida**, revogando a suspensão das atividades da Associação Casa da Juventude, Lda.;
- b) **A substituição da proibição de contacto** por uma medida de afastamento restrito, com comunicação apenas através de advogado ou assistente social designado;
- c) **A designação de perito independente** para avaliação das alegações de abuso, a fim de garantir que a decisão final se baseie em prova robusta;
- d) **A concessão de prazo adicional** (30 dias) para a produção de documentos e laudos periciais que a defesa entende serem essenciais para o esclarecimento dos factos.

**V. Conclusão** A defesa reafirma o seu compromisso com a verdade e com a proteção dos menores, mas entende que a medida cautelar ora imposta excede os limites da razoabilidade e da legalidade, causando danos desproporcionais a terceiros inocentes. A reconsideração solicitada visa equilibrar a tutela do interesse do menor João Silva com a preservação dos direitos e das funções sociais da Associação Casa da Juventude, Lda.

Nestes termos, pedimos deferimento.

---

**Lisboa, 15 de fevereiro de 2026**

**Dr. Luís Costa**

OAB/Portugal – OA 12345

**Dra. Sofia Almeida**

OAB/Portugal – OA 67890